

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 519.599 - MG (2019/0192794-8)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADOS** : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : JOSE CARLOS DOS SANTOS SOUSA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **JOSÉ CARLOS DOS SANTOS SOUSA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, no **Agravo em Execução n. 1.0702.08.452166-6/002**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das execuções indeferiu o pleito do paciente de concessão de comutação de penas com fulcro no Decreto n. 8.615/2015 (fls. 182-183).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de Justiça, que negou provimento ao recurso, nos termos do v. acórdão de fls. 243-246 assim ementado:

*"AGRAVO DE EXECUÇÃO - INDULTO NOS MOLDES DO DECRETO PRESIDENCIAL nº 8.615/2015 - DESCUMPRIMENTO DE CONDIÇÃO EXIGIDA NO DECRETO. Deve ser indeferido o pleito de concessão do indulto, porque, embora o agravante tenha cumprido a fração de 2/3 da pena do crime impeditivo, não havia cumprido 1/3 da pena relativa ao crime comum. Improvimento ao recurso que se impõe."*

No presente **habeas corpus**, a Defensoria Pública Estadual, ora impetrante, afirma que *"no sistema do SEEU é comprovado que o sentenciado já cumpriu 2/3 do crime impeditivo e 1/3 da pena relativa ao crime comum, preenchendo assim os requisitos para a concessão do direito a comutação das penas"* (fl. 7).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Alega que "o apenado possui 2 anos e 3 meses de pena comum, logo, 2/3 corresponde a 14 anos e 04 meses. Ademais, possui 18 anos, 01 mês e 20 dias de pena comum, logo, 1/3 corresponde a aproximadamente 06 anos e 16 dias. Assim, para a concessão de comutação, o paciente deveria ter cumprido, até 25/12/2015, aproximadamente 20 anos, 04 meses e 16 dias (14 anos e 04 meses + 06 anos e 16 dias)" (fl. 10).

Ressalta que "consta do SEEU, no campo linha do tempo/indulto e comutação, que o paciente cumpriu até 25/12/2015 a quantia de 21 anos, 09 meses e 22 dias de pena. Consta também que não há falta grave nos últimos doze meses. Assim, claro está que faz jus à comutação de pena com fundamento no decreto de 2015" (fl. 10).

Aduz que, "ao contrário da observância expressa à exigência normativa em voga, o sistema SEEU está exigindo o cumprimento integral da pena de natureza hedionda, para, somente depois de verificado este, proceder à verificação a respeito do cumprimento da fração mínima exigida para acesso ao benefício em se tratando de crimes comuns (1/3 do total da pena desta natureza, em se tratando de reincidentes)" (fl. 10).

Requer, por fim, liminarmente, a suspensão dos efeitos do v. aresto proferido pela autoridade coatora e, no mérito, a concessão da ordem "para determinar a retificação dos dados da execução n. 4521666-45.2008.8.13.0702, em curso perante a Vara das Execuções Penais da Comarca de Uberlândia/MG, bem como, para reformar as decisões impugnadas e declarar o direito do paciente à comutação de penas, com fundamento no art. 2º, do Decreto n. 8.615/2015" (fl. 13).

O pedido liminar foi indeferido às fls. 252-253.

Informações prestadas às fls. 255-261.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 264-270, pelo não conhecimento do **writ**, em parecer com a seguinte ementa:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. EXECUÇÃO. COMUTAÇÃO DE PENAS. DECRETO 8.615/2015. CONCURSO DE CRIME HEDIONDO COM CRIMES**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*COMUNS. NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO DE 2/3 DA PENA DO CRIME IMPEDITIVO E DE 1/3 DA PENA DOS DELITOS COMUNS. PRECEDENTES. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRIT."*

**É o relatório.**

**Decido.**

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para a proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Desta forma, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal que deva ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

**In casu**, a controvérsia cinge-se em confirmar se o paciente preencheu os requisitos previstos no decreto que concede o benefício de indulto ou comutação de penas, no caso o de n. 8.615/2015, aos condenados pela prática de crimes comuns e hediondos.

O d. Juízo **a quo** assim consignou na decisão que indeferiu o benefício, **verbis** (fl. 182 - grifei):

*"Analisando detidamente as informações lançadas no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, especificamente no campo linha do*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*tempo / indulto e comutação, percebe-se que na data da publicação do Decreto 8.615/2015, apesar do cumprimento de 61,71 % da pena total imposta, o reeducando não preencheu o requisito objetivo para comutação.*

*Isto porque o total de pena cumprida - 21a9m22d - tem sido empregado para cumprimento da pena hedionda imposta - 21a6m0d. Nesse quadro, do total de pena imposta não hedionda de 13a10m4d houve apenas 0a03m22d de cumprimento.*

*Em relação ao Decreto 8.615/2015, nota-se o cumprimento de 61,71% da pena total, dos quais houve cumprimento integral da pena hedionda e da pena imposta não hedionda de 13a10m4d houve cumprimento de 0a03m22d.*

*Assim, tendo em vista a prioridade do cumprimento da pena mais grave, tão logo recebida a guia à ela correspondente, não houve preenchimento do requisito objetivo.*

*Diante do exposto, INDEFIRO os pedidos formulados pela DPMG."*

Por sua vez, o eg. Tribunal mineiro ratificou o **decisum** de primeiro grau nestes termos, **verbis** (fls. 244-245 - grifei):

*"Razão não assiste ao agravante.*

*Extrai-se do Decreto nº 8.615/2015, em especial os artigos 2º e 8º, relativos à comutação de pena que:*

*Art. 2º Concede-se a comutação da pena remanescente, aferida em 25 de dezembro de 2015, de um quarto, se não reincidentes, e de um quinto, se reincidentes, às pessoas condenadas a pena privativa de liberdade, não beneficiadas com a suspensão condicional da pena que, até a referida data, tenham cumprido um quarto da pena, se não reincidentes, ou um terço, se reincidentes, e não preencham os requisitos deste Decreto para receber o indulto.*

*(...)*

*Art. 8º As penas correspondentes a infrações diversas devem somar-se, para efeito da declaração do indulto e da comutação de penas, até 25 de dezembro de 2.015.*

*Parágrafo único. Na hipótese de haver concurso com crime descrito no art. 9º, não será declarado o indulto ou a comutação da pena correspondente ao crime não impeditivo enquanto a pessoa condenada não cumprir dois terços da pena correspondente ao crime impeditivo dos benefícios.*

*De acordo com o mencionado Decreto Presidencial, publicado no Diário Oficial da União em 24/12/2015, para ser concedida a comutação de penas é necessário que o réu tivesse cumprido 1/3 da pena dos crimes comuns e 2/3 da pena do crime impeditivo, além de não preencher os*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*requisitos do indulto.*

*No caso em análise, verifica-se que o agravante cumpriu a fração de 2/3 da pena do crime impeditivo, contudo, não havia cumprido 1/3 da pena relativa ao crime comum.*

*De fato, o agravante cumpriu integralmente a sua pena hedionda, porém, relativamente à pena imposta não hedionda no total de 13a10m4d, o agravante cumpriu apenas 0a3m22d. (fls. 146va 155) O artigo 76, do Código Penal, deixa claro que em se tratando de concurso de infrações deverá ser executada primeiro a mais grave.*

*Logo, na data limite do Decreto Presidencial o agravado não preenchia um dos requisitos objetivos exigidos para a concessão da multireferida benesse.*

*Pelo exposto, nega-se provimento ao recurso.*

Com relação ao tema, este Superior Tribunal de Justiça sufragou o entendimento de que é possível a concessão de comutação de penas nos casos de concurso entre crimes comuns e hediondos, quanto aos primeiros delitos, quando cumpridos 2/3 (dois terços) da pena referente aos crimes hediondos e 1/4 (um quarto), se não reincidente, ou 1/3 (um terço), se reincidente, da pena referente aos delitos comuns, conforme preceituam os arts. 2º, **caput**, e 8º, parágrafo único, do Decreto n. 8.615/2015:

*Art. 2º Concede-se a comutação da pena remanescente, aferida em 25 de dezembro de 2015, de um quarto, se não reincidentes, e de um quinto, se reincidentes, às pessoas condenadas a pena privativa de liberdade, não beneficiadas com a suspensão condicional da pena que, até a referida data, tenham cumprido um quarto da pena, se não reincidentes, ou um terço, se reincidentes, e não preencham os requisitos deste Decreto para receber o indulto.*

*(...)*

*Art. 8º As penas correspondentes a infrações diversas devem somar-se, para efeito da declaração do indulto e da comutação de penas, até 25 de dezembro de 2015.*

*Parágrafo único. Na hipótese de haver concurso com crime descrito no art. 9º, não será declarado o indulto ou a comutação da pena correspondente ao crime não impeditivo enquanto a pessoa condenada não cumprir dois terços da pena correspondente ao crime impeditivo dos benefícios.*

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

**"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DECRETO N. 8.615/2015 . COMUTAÇÃO DA PENA. CONCURSO DE CRIMES COMUM E HEDIONDO. POSSIBILIDADE, DESDE QUE CUMPRIDOS 2/3 DA PENA RELATIVA AO CRIME IMPEDITIVO, MAIS 1/4 DA PENA RELATIVA AO CRIME COMUM. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e este Superior Tribunal de Justiça, por sua Terceira Seção, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, aos condenados por crimes comuns praticados em concurso com crime hediondo, é possível a concessão do indulto ou comutação quanto à pena relativa ao crime não hediondo, desde que o apenado tenha cumprido 2/3 da pena referente ao delito hediondo e ainda a fração da reprimenda relativa ao crime comum exigida pelo respectivo Decreto Presidencial.**

3. Portanto, no cálculo da pena para fins da concessão da comutação, considera-se distintamente a contagem dos 2/3 da pena pelo crime hediondo e a contagem do quarto da pena pelo crime comum, sem a soma das penas cumpridas, como pretendia - in casu - a defesa, não havendo, desta forma, constrangimento ilegal a justificar a concessão da ordem de ofício.

4. **Habeas corpus não conhecido.**" (HC 400.739/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 13/12/2017, grifei)

**"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CONCESSÃO DE COMUTAÇÃO DE PENA. CONCURSO DE CRIMES COMUM E EQUIPARADO AO HEDIONDO. MATÉRIA APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM. ILEGALIDADE RECONHECIDA. POSSIBILIDADE DA COMUTAÇÃO DESDE QUE CUMPRIDO 2/3 DA PENA REFERENTE AO DELITO IMPEDITIVO.**

1. Afasta-se o argumento de supressão de instância, uma vez que o Tribunal a quo apreciou a matéria, denegando a ordem, ao fundamento de que os benefícios previstos no Decreto n. 8.172/2013 não são aplicáveis aos condenados por crime hediondo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

**2. Contudo, esta Corte firmou o entendimento no sentido de que, havendo concurso entre crimes comuns e hediondos, é possível a concessão de comutação de penas, desde que cumpridos 2/3 da pena referente ao crime hediondo e 1/4, se não reincidente, ou 1/3, se reincidente, da pena referente aos delitos comuns, em estrita observância do que dispõem os arts. 2º, caput, e 8º, parágrafo único, do Decreto-lei n. 8.172/2013.**

**3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 299.931/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 02/10/2017, grifei)**

Como visto, as instâncias ordinárias indeferiram o pleito de comutação de penas sob o argumento de que o paciente não cumpriu o requisito objetivo previsto no decreto mencionado, ou seja, não atingiu os lapsos necessários à obtenção do benefício.

De fato, de acordo com o Atestado de Pena acostado aos autos (fls. 212-213), o paciente, cumprindo inicialmente a reprimenda pelo delito hediondo, de **21 (vinte e um) anos e 6 (seis) meses de reclusão**, havia cumprido, até aquela data, **24 (vinte e quatro) anos, 9 (nove) meses e 12 (doze) dias**, ou seja, já havia cumprido mais do que os **2/3 (dois terços)** necessários da pena impeditiva para a concessão da comutação de penas.

Contudo, não havia cumprido o **1/3 (um terço)** das penas comuns necessários para fazer jus à concessão de comutação dessas penas. Totalizadas em **13 (treze) anos, 10 (dez) meses e 4 (quatro) dias de reclusão**, 1/3 (um terço) das penas comuns corresponde a cerca de **4 (quatro) anos e 8 (oito) meses** e, até aquela data, havia cumprido apenas, aproximadamente, **3 (três) anos, 3 (três) meses e 12 (doze) dias**.

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra a existência de flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator

